



## Câmara conclui votação do ajuste fiscal

Análise do último projeto, que reduz desonerações sobre folha de empresas, foi encerrada ontem; texto vai ao Senado

O substitutivo aumenta a taxa de 2% para 3% no caso dos setores de call center e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros. Na faixa de alíquota de 1% o aumento é menor, para 1,5%. O Plenário incluiu o setor de confecções na lista dos que terão aumento menor da alíquota sobre a receita bruta. | 3



Alex Ferreira

Plenário aprovou apenas duas mudanças no substitutivo apresentado

### CPI pretende propor mudança na polícia

Presidente da comissão que investiga violência contra jovens negros e pobres, o deputado Reginaldo Lopes defende modelo em que uma única corporação execute atividades repressivas, de investigação criminal e prevenção a delitos. | 7

## Preço para troca de bilhete aéreo causa reclamação | 6



Pedro Ribas / ANPr

O Plano Nacional de Educação prevê metas para ensino em todos os níveis até 2024

**Ativista e pastor avaliam Estatuto da Família | 5**

**Relatório da MP do Futebol vai ao Plenário | 4**

**Telebras defende discussão sobre telefonia fixa | 6**

**Câmara Itinerante promove debate em Manaus | 2**

**Educação: ministro diz que maioria dos estados já tem plano local | 4**

# Assembleia Legislativa do Amazonas recebe o Câmara Itinerante na segunda

Além de reforma política, programa debaterá pacto federativo e a Zona Franca de Manaus

Assembleia Legislativa do Amazonas

Na segunda-feira (29), o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acompanhado de outros deputados, estará na Assembleia Legislativa do Amazonas, em Manaus, para mais uma edição do Câmara Itinerante.

O programa tem o objetivo de levar a Câmara dos Deputados até os cidadãos das diferentes regiões do País, para que os parlamentares ouçam as necessidades locais, acolham sugestões e ampliem a agenda legislativa nacional. Na capital amazonense, serão realizados debates sobre reforma política, pacto federativo, maioridade penal e Zona Franca de Manaus.

O Câmara Itinerante reforça o papel da Câmara no fortalecimento do pacto federativo, por meio da aproximação entre o Parlamento brasileiro e a população dos estados e municípios, colaborando para o pleno exercício da representação nas esferas federal, estadual e municipal.

Um dos objetivos do programa é ouvir a população local e levar para o Congresso Nacional sugestões que possam ser amplamente discutidas pelos parlamentares e convertidas em leis que beneficiem o maior número de pessoas possível.

Para participar dos debates, a população pode enviar perguntas e sugestões, em tempo real, por meio do portal e-Democracia (<http://ede->



O Câmara Itinerante será realizado na Assembleia Legislativa do Amazonas e ouvirá população local

mocracia.camara.gov.br/).

**Solidariedade** - As atividades do programa incluem visitas a instituições que promovem ações bem sucedidas relacionadas a temas sociais em discussão na Câmara.

Em Manaus, os deputados vão visitar o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), onde é desenvolvido o projeto “Pequenos Guias do Bosque da Ciência”, iniciativa voltada para a educação ambiental que envolve crianças e adolescentes a partir de 10 anos de idade. No local, será lançada a cartilha “Trabalho Voluntário – A Solidariedade Colocada em

Prática”, da Edições Câmara.

**Edições anteriores** - A primeira edição do Câmara Itinerante foi realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 20 de março, com debates sobre reforma política e pacto federativo. Desde então, os dois temas foram discutidos em São Paulo (SP), João Pessoa (PB), Natal (RN), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Belém (PA) e Macapá (AP), capitais que já receberam o programa. Em São Paulo, discutiu-se ainda a crise hídrica que atinge o País. Em João Pessoa e Natal, os deputados debateram também orçamento impositivo.

## PROGRAMAÇÃO

Manaus (AM)  
Segunda-feira

8h30 – Visita ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

9h40 – Abertura do Câmara Itinerante, na Assembleia Legislativa do Amazonas

11h40 – Coletiva de imprensa do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, na Assembleia Legislativa do Amazonas

## INCENTIVO

### CCJ admite PEC que dá recursos para a cultura

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou na terça-feira a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 421/14, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que estabelece percentual mínimo de recursos públicos a serem aplicados na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

Pela proposta, caberá à União aplicar 2% do que arrecadar em impostos. Já os estados e o Distrito Federal (DF) deverão investir 1,5% da arrecadação dos impostos e das receitas oriundas do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e os municípios, 1% dos tributos e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O relator do texto na CCJ, deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), apresentou parecer pela aprovação.

**Tramitação** - A intenção de Jandira Feghali é requerer que a proposta seja pensada à PEC 150/03, do ex-deputado Paulo Rocha, que vincula recursos para a Cultura e já foi aprovada em comissão especial, mas ainda não levada ao Plenário. Para ela, por deixar de fazer transferência gradual de recursos, a PEC 150/03 e outras acabaram não sendo aprovadas.

A PEC precisará ser votada em dois turnos no Plenário da Câmara. Se aprovada, seguirá para o Senado.

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente  
**Waldir Maranhão (PP-MA)**

2º Vice-Presidente  
**Giacobo (PR-PR)**

1º Secretário  
**Beto Mansur (PRB-SP)**

2º Secretário  
**Felipe Bornier (PSD-RJ)**

3ª Secretária  
**Mara Gabrielli (PSDB-SP)**

4º Secretário  
**Alex Canziani (PTB-PR)**

Suplentes:  
**Mandetta (DEM-MS)**  
**Gilberto Nascimento (PSC-SP)**  
**Luiza Erundina (PSB-SP)**  
**Ricardo Izar (PSD-SP)**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Diretor-Executivo: Sérgio Chacon

Diretor de Mídias Integradas

Pedro Noletto

Coordenador de Jornalismo

Wilson Silveira

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
**José Carlos Araújo (PSD-BA)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos  
**Lúcio Vale (PR-PA)**

Corregedor parlamentar  
**Carlos Manato (SD-ES)**

Procurador parlamentar  
**Claudio Cajado (DEM-BA)**

Ouidor parlamentar  
**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Coordenadora dos direitos da mulher  
**Dâmina Pereira (PMN-MG)**

Procuradora da mulher  
**Elcione Barbalho (PMDB-PA)**

Secretário de Relações Internacionais  
**Átila Lins (PSD-AM)**

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara  
dos Deputados (DEAPA)



Papel procedente de florestas plantadas



Leia esta edição no celular

# Câmara aprova projeto sobre desonerações

Plenário conclui votação do ajuste fiscal e modifica texto do Executivo, com a previsão de alíquotas diferenciadas

O Plenário da Câmara concluiu ontem a votação do Projeto de Lei 863/15, do Poder Executivo, que aumenta as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia com desoneração da folha de pagamentos. A matéria, aprovada na forma do substitutivo do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), será votada ainda pelo Senado.

O mecanismo de desoneração, criado em 2011 e ampliado nos anos seguintes, prevê a troca da contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas incidentes na receita bruta. O texto do projeto aumenta as duas alíquotas atuais de 1% e 2% para, respectivamente, 2,5% e 4,5%.

O aumento de alíquotas valerá após 90 dias de publicação da futura lei. Mesmo com esse aumento, 40% das empresas da indústria continuarão beneficiadas pela desoneração. Hoje, mais de 84 mil empresas de vários setores contribuem para a Previdência com base na receita bruta.

**Durante as votações, deputados aprovaram apenas duas alterações no substitutivo, e as demais foram rejeitadas**

Segundo o governo, o reajuste é necessário para reequilibrar as contas devido à grande renúncia fiscal, que atingiu R\$ 21,5 bilhões em 2014, valor 62,8% superior aos R\$ 13,2 bilhões não arrecadados em 2013.

A previsão inicial do Ministério da Fazenda era diminuir em R\$ 12,5 bilhões ao ano a renúncia fiscal trazida pela desoneração, mas o substitutivo de Picciani reduz em cerca de 15% essa economia, que ficará em torno de R\$ 10 bilhões.

**Beneficiados** - O substitutivo eleva a taxa de 2% para 3% no caso dos setores de call center e de transportes rodoviários, ferroviários e metroviários de passageiros.

Na outra faixa de alíquota, de 1%, haverá um aumento menor, para 1,5%, nas empresas jornalísticas, de rádio



Marianna Oliveira

Com a análise de emendas e destaques ao PL 863/15, cujo texto-base havia sido aprovado na quarta, o Plenário concluiu o ajuste fiscal

e TV; no setor de transporte de cargas; no transporte aéreo e marítimo de passageiros; nos operadores de portos; no setor calçadista; e na produção de ônibus.

O setor de carnes, peixes, aves e derivados continua a

ser tributado com 1% da receita bruta.

**Confecções** - O Plenário aprovou duas alterações no substitutivo de Picciani – os demais destaques e emendas ao PL 863 foram rejeitados.

Aprovada por 211 votos

a 160, emenda da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ) incluiu o setor de confecções na lista daqueles que contarão com aumento menor da alíquota sobre a receita bruta, de 1% para 1,5%.

Em outra votação, o Ple-

nário aprovou, por 212 votos a 169, destaque do PP e retirou do texto dispositivo que impedia empresas de bebidas instaladas na Zona Franca de Manaus de aproveitar créditos tributários obtidos com a produção de refrigerantes, águas e energéticos para a redução de tributos a pagar em outros estados relativos a outras bebidas.

Para o deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM), a retirada de incentivos da zona franca acabaria com um setor que emprega diretamente 14 mil pessoas e indiretamente 11 mil. “É retirar essas empresas do polo industrial de Manaus.”

**Debate** - Durante as votações, a oposição argumentou que o aumento de impostos vai criar desemprego a agravar a crise. Para Nilson Leitão (PSDB-MT), o projeto trata da oneração, e não da desoneração. “O relator se colocou como deus e escolheu quem vai viver e quem vai morrer. Olha, umas empresas aqui vamos deixar como está, as outras vamos onerar em 150% e 200%.”

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), comemorou a votação. “Votamos uma matéria extremamente importante, que conclui essa primeira parte do ajuste fiscal, não como fim em si, mas com objetivo maior que é a retomada do crescimento. O relator acatou uma ou outra emenda, mas não interdita o objetivo principal.”

## Mudam as isenções para as Olimpíadas

Em relação à lei que disciplinou isenções tributárias ou suspensão de tributos para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, o Projeto de Lei 863/15 faz mudanças pontuais.

Uma delas isenta a entrada de bens duráveis acima de R\$ 5 mil a serem usados nos jogos se eles forem posteriormente doados à União para repasse a entidades beneficentes ou a pessoas jurídicas de direito público.

A doação poderá ser também diretamente a potenciais beneficiários ou a entidades sem fins lucrativos ligadas ao esporte, à proteção ambiental ou à assistência a crianças.

Para contar com o benefício, não será exigido o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira ou a comprovação de inexistência de similar nacional.

Antes do projeto, bens duráveis de valor inferior a

R\$ 5 mil podiam ser importados com isenção, abrangendo objetos como troféus, medalhas, placas, bandeiras e material promocional.

Nesse tópico, Leonardo Picciani incluiu a possibilidade de empresas estrangeiras que vierem a ser contratadas para prestar o serviço de captação e transmissão de imagens de televisão a funcionar apenas com cadastro perante os fiscos federal, estadual e municipal.



Gustavo Lima

Deputados da oposição protestaram contra o governo Dilma Rousseff exibindo faixa no Plenário

# Ministro da Educação diz que 90% dos estados e municípios elaboraram planos

Renato Janine Ribeiro participou de seminário para avaliar primeiro ano de vigência do PNE

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou ontem que 90% dos estados e municípios cumpriram a primeira meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14) de elaborar planos locais de educação, de acordo com os objetivos contidos na lei federal. Ribeiro participou de seminário da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que discute “O PNE e o Futuro da Educação”. O objetivo foi avaliar o primeiro ano de vigência do plano, que define as políticas de educação no Brasil até 2024.

De acordo com o PNE, todos os governos municipais e estaduais devem ter seu próprio plano de educação debatido, elaborado e aprovado no Legislativo e sancionado pelo Executivo. O ministro afirmou que a educação no Brasil só vai avançar se o plano nacional for executado.

Ele ressaltou que há muitos desafios a serem cumpridos. “Precisamos assegurar a alfabetização na idade certa, repensar o ensino médio e a



Ministro Janine (2º à esq.) assiste discurso do presidente da comissão, deputado Saraiva Felipe

evasão na segunda etapa do ensino fundamental”, disse.

**Ajuste fiscal** - O secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, garantiu que a eventual falta de recursos ocasionada pelo ajuste fiscal não vai comprometer o plano. “Isso é conjuntural. A sociedade decidiu que a educação é importante, não é decisão de governo. Tenho certeza de que vão aumentar os investimentos no setor.”

Costa afirmou que um dos principais desafios é ga-

rantir a valorização dos profissionais da área, com carreira, formação e salário. Essa é a essência do PNE”, disse. Segundo o secretário, o ministério manterá os recursos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e nenhum estudante terá sua bolsa cortada.

O deputado Izalci (PSDB-DF) afirmou que não se resolve o problema da educação com discurso, mas com recursos. Ele criticou os cortes previstos no orçamento

da área. “Estranho esses cortes de recursos, principalmente quando se fala em pátria educadora”, disse.

**Royalties** - O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do PNE, deputado Pedro Uczai (PT-SC), cobrou mobilização da sociedade brasileira para garantir a aplicação dos 10% dos royalties do pré-sal na educação. “O Parlamento aprovou a lei, e agora isso está ‘judicializado’. É preciso ‘desjudicializar’ para garantir essa conquista”.

## DISCURSO

### Leandre ressalta atuação em favor de melhorias na saúde pública

A deputada Leandre (PV-PR) ressaltou em Plenário que é necessário dar atenção às pessoas que moram afastadas das capitais, pois elas enfrentam dificuldades para conseguir tratamento adequado de saúde.

Ela lembrou que antes de ser eleita deputada federal havia exercido um único cargo público, como secretária municipal da Saúde de Saudade do Iguaçu (PR). O município era recém-criado e, por isso, não havia hospital e nem profissionais qualificados na área da saúde – havia apenas uma auxiliar de enfermagem.

A deputada disse que, graças a essa experiência, pode conhecer a saúde pública no Brasil. “Fiz um levantamento minucioso e comecei a estabelecer um planejamento de longo prazo. Imaginem implantar, em 1997, numa pequena cidade, uma das primeiras equipes do Programa Saúde da Família em todo o Brasil.”

Leandre disse que, ao avaliar a realidade de pacientes em tratamento na capital que não tinham local apropriado para se instalar, decidiu criar em 2000 a Casa de Apoio Ideal.

“Durante os dez anos que passei ali trabalhei muito. Vi a Ideal crescer e se tornar a maior e a melhor casa de apoio do Paraná, reconhecida hoje pelos seus serviços por mais da metade das cidades do estado”, afirmou.

Segundo a parlamentar, apesar do pouco tempo de mandato, ela já superou desafios para contribuir na melhoria da saúde pública. “Tem sido a principal luta de minha vida e o principal motivo que me trouxe para a política”, disse.

Gustavo Lima



Leandre: defesa da saúde

## ESPORTE

### Comissão aprova relatório da MP do Futebol

A comissão mista que analisa a MP 671/15 aprovou ontem parecer do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ) à proposta, que viabiliza a renegociação das dívidas dos clubes de futebol. O texto, agora, vai à votação no Plenário da Câmara.

A MP trata do refinanciamento das dívidas fiscais e trabalhistas dos clubes de futebol profissional, e cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), instrumento de refinanciamento que exige dos clubes que aderirem o cumprimento de critérios de responsabilidade fiscal e de gestão interna.

O relatório estende o prazo do financiamento facilitado, além de prever uma



Texto prevê programa de modernização e gestão dos clubes

“escala de transição” de pagamento das parcelas.

**Votação** - A reunião terminou com discussão entre o deputado Marcelo Aro (PHS-MG) e o presidente da comissão, senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Aro disse que

Petecão não esperou a chegada dos demais parlamentares e pôs o texto em votação com o plenário vazio. “Durante toda a tramitação da MP nós dialogamos. Abrir uma reunião e votar tudo em menos de um minuto? Nossa

reunião nunca começou no horário. Isso não foi justo. É regimental, mas não foi justo. A partir de agora, vamos ter um grande imbróglio em relação a isso”, protestou.

O deputado Vicente Cândido (PT-SP) também reclamou. “Essa rapidez no momento não constrói relações. O bom senso recomenda que uma matéria dessa natureza não seja votada com o plenário vazio. O relator poderia ter esperado um pouco mais para fazer o debate”.

O senador alegou que esperou 15 minutos para abrir a reunião, que estava marcada para as 9 horas. Ele lembrou também que a sessão de discussão havia sido feita na quarta-feira e foi suspensa com a manutenção do quórum.

# Comissão avalia defesa dos direitos humanos

Deputados Erika Kokay e Jean Wyllys afirmam em audiência pública que o debate na Câmara está sendo obstruído

A Comissão de Direitos Humanos discutiu ontem, em audiência pública, o trabalho da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal que atua na promoção e defesa dos direitos humanos.

Durante a audiência, os deputados Erika Kokay (PT-DF) e Jean Wyllys (Psol-RJ), afirmaram que o debate sobre os direitos humanos na Câmara está sendo obstruído por parlamentares que seriam contrários aos direitos das minorias.

Para os dois parlamentares, isso reflete a própria situação do País, onde os discursos contra os direitos humanos estariam ganhando espaço na sociedade.

**Dificuldade** - Erika Kokay disse que o trabalho de construção de uma cultura de defesa e de promoção dos direitos humanos está cada vez mais difícil na Câmara. Segundo a deputada, nem todos enxergam que a discriminação, qualquer que seja ela, leva à perda da noção de humanidade.

“Discursos ganham pernas, discursos colam, discursos constroem comportamento e constroem ações. Esta Casa, que deveria ser um



Aurélio Veiga Rios disse que o Brasil possui um déficit de cidadania que chamou de “mastodôntico”

princípio de fortalecimento da própria democracia, porque sempre é alvejada nos períodos ditatoriais, tem exalado este tipo de diferenciação dos seres humanos, de hierarquização dos seres humanos”, disse.

Jean Wyllys afirmou, por sua vez, que o debate sobre direitos humanos na Câmara está rebaixado. Ele disse que os parlamentares que atuam nessa área são acusados por outros de defender os direitos

dos bandidos.

“A gramática dos direitos humanos é o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, em que todos tem que ser tratados como iguais. Essa defesa aqui está cada vez mais complicada porque nós temos uma quantidade de deputados, não pequena, que não jogam com honestidade intelectual. Eles nos acusam de defender bandidos. Somos acusados de ser defensores de bandidos”, reforçou.

**Defesa** - O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Veiga Rios, defendeu a atuação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Ele lembrou que este é o terceiro ano em que a Procuradoria apresenta os resultados do seu trabalho na comissão, que ele considera a mais importante da Casa.

“Nós não vamos desistir da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. A comissão é um patrimônio da

**Parlamentares e convidados também analisaram o trabalho da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**

sociedade, dos movimentos de direitos humanos. E ainda que alguns queiram tomá-la de assalto, nós estaremos sempre aqui para firmarmos posição em relação à defesa dos direitos humanos, que é a razão para qual ela foi criada”, disse.

Aurélio declarou ainda aos deputados que o Brasil possui um déficit de cidadania que chamou de “mastodôntico”.

Em 2014, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão participou de diversos fóruns, no Brasil e no exterior, que debateram os direitos humanos. No País, a atuação foi pautada, segundo o procurador, pelo acompanhamento das políticas públicas e pela interlocução com movimentos sociais e o setor público em assuntos tão diferentes como direitos dos povos ciganos, segurança alimentar, responsabilização de empresas por violação de direitos humanos, entre outros.

## DEBATE

# Associação LGBT pede mudança no Estatuto da Família

O Estatuto da Família (PL 6583/13), em discussão na Câmara, não contempla 25% dos lares brasileiros, segundo dados do IBGE.

A informação foi dada pelo secretário de educação da Associação Brasileira LGBT, Toni Reis, durante audiência realizada ontem pela comissão especial que analisa o estatuto.

Reis destacou que, segundo a Constituição (artigo 5º), todos são iguais. Além disso, o Supremo Tribunal Federal reconhece também como família os lares formados por dois homens, duas mulheres ou pais e mães solteiros.

“Nós queremos colocar um ‘s’. É Estatuto das Famílias. Hoje não existe mais só um tipo de família. Respei-

**“Se a Constituição diz que família é homem e mulher, então mude a lei, é só isso.”**

Silas Malafaia, pastor

tamos a família tradicional, mas tem outras composições de família que têm que ser respeitadas”, afirmou Reis.

**Proposta** - O pastor Silas Malafaia afirmou, também na audiência, que a Constituição prevê, para efeitos de proteção por parte do Estado (artigo 226), que famílias são grupamentos formados por um homem e uma mulher.

Malafaia sugeriu ao movimento LGBT que faça uma proposta de emenda à Constituição para definir como família outros tipos de uniões.



O pastor Silas Malafaia e o ativista Toni Reis, durante a audiência

“Se a Constituição diz que família é homem e mulher, então mude a lei, é só isso. Não adianta vir com caneta de juiz para tentar querer conquistar um direito. Direito se conquista no Parlamen-

to, por meio da democracia e da discussão das ideias”, afirmou.

**Riqueza** - Para o presidente da comissão especial, deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), o debate foi muito

rico, principalmente porque houve o respeito de ambas as partes.

“O Estatuto da Família hoje tomou outro norte e se engrandeceu com o debate democrático nesta Casa. Trazendo as visões do Estatuto da Família, e eu tenho certeza que o nosso relator vai amadurecer essa discussão, vamos conseguir um texto que venha agradar a toda a sociedade brasileira e trazer resposta às famílias que precisam do governo de mais segurança, mais educação e mais saúde, disse Cavalcante.

A comissão vai realizar na próxima segunda-feira uma reunião regional para discutir o Estatuto da Família no estado do Amazonas.

# Telebras quer debate sobre telefonia fixa

Presidente da estatal diz que contratos, que vencem em 2025, devem levar em conta demanda por banda larga

O presidente da Telebras, o ex-deputado Jorge Bittar, defendeu ontem que a discussão sobre revisão dos atuais contratos com as concessionárias de telefonia fixa comece desde já e leve em conta a demanda por internet de banda larga no País. As concessões vencem em 2025.

Ele salientou que os contratos atuais são centrados na telefonia fixa, e o serviço perdeu importância para a banda larga. “O que é necessário neste momento é estabelecer novos contratos que prevejam a ampliação e a melhoria da qualidade da banda larga”, disse. “É possível que, para que se estabeleçam novos contratos dessa natureza, sejam necessárias algumas alterações e adequações da Lei Geral de Telecomunicações (LGT, 9.472/97)”, completou.

Bittar participou de reunião da Subcomissão Especial dos Serviços de Telefonia Móvel e TV por Assinatura, da Comissão



Luis Macedo

Lei foi elaborada quando a internet “engatinhava”, lembrou Bittar

de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. A subcomissão discute o modelo da prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil.

O presidente da Telebras lembrou que a LGT foi ela-

borada em 1997, quando a internet “estava apenas engatinhando”. Pela legislação atual, a telefonia fixa é o único serviço de telecomunicações prestado em regime público, com obrigações de universalização e continui-

dade e com previsão de reversibilidade (devolução de infraestrutura à União ao final do contrato, para que possa ser licitada novamente pelo governo). Porém, ele salientou que as empresas de telefonia móvel, serviço prestado no regime privado, também têm obrigações com a população, acordadas no momento da autorização.

**Ampliação** - Bittar também explicou que, para ampliação dos serviços de banda larga, o papel da Telebras é complementar ao papel das grandes empresas privadas. “A estatal está procurando trabalhar para chegar a áreas do País não atendidas ou precariamente atendidas pelas empresas privadas”, destacou, lembrando que as prestadoras focam as ofertas nos grandes centros.

Vinculada ao Ministério de Comunicações, a Telebras é uma empresa estatal responsável pela rede privada de comunicação da administração pública federal e provê infraestrutura e redes

**“Não adianta você ter internet na sua cidade se ela é muito cara.”**

Deputado Vitor Lippi

de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas. “A Telebras não chega à casa dos clientes diretamente, mas chega por meio de pequenos provedores que utilizam sua rede”, esclareceu. “Ela vende no atacado.”

**Custos** - O presidente da subcomissão, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), ressaltou que a democratização do acesso à banda larga passa por reduzir custos, e questionou a possibilidade de reduzir os impostos incidentes sobre o setor.

Bittar salientou que, se a carga tributária fosse reduzida, poderia haver aumento da demanda pelos serviços sem haver grandes perdas de arrecadação para os estados brasileiros. “Na TV por assinatura, a carga é menor, e aconteceu isso”, disse.

## CONSUMIDOR

# Preço para troca de passagens aéreas gera reclamações

Deputados e representantes de entidades de defesa do consumidor reclamaram, na quarta-feira, dos preços das tarifas cobradas pelas companhias aéreas brasileiras. O tema foi abordado em audiência conjunta das comissões de Turismo; de Defesa do Consumidor; e de Viação e Transportes proposta pelos deputados Renato Molling (PP-RS) e Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO).

A supervisora do departamento de relações institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Sônia Amaro, informou que os maiores problemas enfrentados pelos clientes acontecem na hora de trocar as passagens, justamente de-



Tânia Régio / ABr

Passageiros reclamam do valor cobrado pela remarcação de bilhete

vido aos valores muito elevados, ou no cancelamento dos bilhetes, quando as empresas desrespeitam o artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e não reembolsam integralmente os valores pagos.

**Validade** - Já o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, explicou que a passagem aérea é um bem com data de validade.

“Todo mundo que compra uma passagem tem 24

horas para se arrepender, devolver o bilhete e receber cada centavo de volta. E essas 24 horas têm de ocorrer até sete dias antes da data do voo”, disse.

“Passados os sete dias, você segue tendo direito a reembolso, mas ele tem de seguir as condições contratuais de cada bilhete”, completou o presidente da Abear.

Já a presidente da Comissão de Viação e Transportes, deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), afirmou que é preciso mudar a legislação para que a troca de passagens não seja tão onerosa.

Presidente da Comissão de Turismo, Alex Manente (PPS-SP) ilustrou que remarcar um bilhete aéreo pode sair até três vezes mais caro do que o valor pago originalmente.

**Querosene** - Eduardo Sanovicz comentou que, apesar de contar com um número maior de passageiros, as companhias continuam en-

**“Desde que eu exerça o meu direito em um prazo de sete dias, qualquer valor pago tem de ser devolvido.”**

Sônia Amaro, da Proteste

frentando dificuldades econômicas.

Ele destacou que um dos fatores que encarecem os custos é o preço do querosene combustível, que representa 40% do valor dos gastos das empresas. Nesse sentido, propôs que a Câmara trabalhe pela aprovação de medidas que reduzam o ICMS sobre o querosene.

Já o superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Bisinotto, defendeu o modelo de liberdade tarifária, adotado em 2009. Segundo ele, isso garantiu o acesso de milhões de brasileiros ao transporte aéreo.

**111 milhões**

de pessoas no Brasil usaram o transporte aéreo em 2013

# CPI poderá propor ciclo completo de polícia

Neste modelo, uma única corporação executa ações de repressão, investigação criminal e prevenção aos delitos

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra Jovens Negros e Pobres deverá apresentar, ao final de seus trabalhos, uma proposta que prevê o ciclo completo de polícia nas corporações brasileiras. A ideia é permitir que uma única corporação policial execute as atividades repressivas, de investigação criminal e de prevenção aos delitos e manutenção da ordem pública.

O assunto foi debatido ontem. “Eu pessoalmente defendo que a CPI apresente PEC [proposta de emenda à Constituição] para instalar, em todas as polícias, o ciclo completo. Ou seja, todas as polícias poderão fazer os termos circunstanciados de ocorrência e encaminhá-los diretamente para o Poder Judiciário”, afirmou o presidente do colegiado, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Apesar de a maioria dos participantes ter defendido o ciclo completo, o assunto gera opiniões divergentes. Os defensores argumentam que a medida traria maior eficiência para as instituições de segurança pública, beneficiando o cidadão. Quem é contrário, no entan-



Debatedores apontaram necessidade de mudanças no sistema de segurança pública no Brasil

to, afirma que cada polícia possui suas especificidades.

**Mudanças** - Entre os defensores, há o consenso de que o sistema de segurança pública no Brasil precisa passar por mudanças. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti, defendeu o ciclo completo nos casos de crimes menos graves. Para ele, a Polícia Civil deve se

concentrar nos crimes que realmente demandam investigação, até porque menos de 10% dos municípios tem delegacias.

Em defesa do ciclo completo, o major Marcelo Specht, da PM do Rio Grande do Sul, e o tenente-coronel Marcelo Hipólito Martinez, da PM de Santa Catarina, apontaram a agilidade no atendimento ao cidadão. Nos dois estados, a PM re-

gistra termos circunstanciados de ocorrências de menor potencial ofensivo, que correspondem a 98% do total.

“As vantagens são mais celeridade, um processo mais ágil da polícia, uma resposta à sociedade de forma mais efetiva e também um reconhecimento do trabalho do policial de rua, que está combatendo a criminalidade”, listou Specht.

**Contra** - Na contramão

**“Não dá para assoviar e chupar cana. Fazer patrulha não se confunde com atividade investigativa.”**

Marcos Leôncio Ribeiro, da ADPF

do ciclo completo, o presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, Marcos Leôncio Ribeiro, posicionou-se contrariamente à ideia.

Já o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, Renato Rincon, ponderou que o tema deve ser discutido de forma ampla, uma vez que as polícias brasileiras se compõem de diferentes cargos, e a investigação criminal se dá de forma multidisciplinar.

Na audiência, o diretor parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenaprf), Renato Borges Dias, e o presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), Jânio Bosco Gandra, admitiram que a estrutura das polícias está obsoleta e deve ser rediscutida.

## Autoridades defendem políticas públicas para os jovens

Parlamentares e autoridades da segurança pública de São Paulo reforçaram na terça-feira (23), em audiência da CPI, a necessidade de dirigir políticas públicas aos jovens de 12 a 18 anos – faixa de maior letalidade, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em São Paulo, o índice de homicídios na adolescência (IHA) nesta faixa etária é de 0,88. Do lado oposto, com 6,76, Alagoas lidera o ranking de homicídios entre as cidades com mais de 200 mil habitantes. A pesquisa usou dados de 2012.

Para o presidente da CPI, Reginaldo Lopes, a perspectiva não é otimista. “Mesmo em São Paulo, onde a população negra é menor do que a população branca, a taxa de homicídio é 1,5 vezes maior

**Secretário de Segurança Pública de São Paulo disse que é preciso superar o “racismo velado” que permeia a sociedade brasileira**

do que a morte de brancos”. Em sua avaliação, as políticas de segurança pública precisam estar voltadas para os jovens de 15 a 24 anos e abordar a questão racial e socioeconômica.

No estado, a taxa de homicídios entre jovens negros é de 30,9 (por 100 mil habitantes) inferior à média no País, de 70,8, informou o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Moraes.

“A fotografia do momento é importante. Nós estamos avançando tanto em questão de superar a vulnerabilidade



Alexandre Moraes, secretário de Segurança Pública de São Paulo

quanto em relação ao treinamento policial”, disse. Segundo ele, prova do avanço é a redução na taxa de homicídios por arma de fogo – caiu em 58,6%, no período de 2003 a 2012, enquanto o País registrou aumento de 11,7%.

O secretário atribuiu esse resultado ao policiamento

mais espalhado na periferia e nos locais já identificados como focos de crimes passionais e do tráfico de drogas.

**Vulnerabilidade** - Alexandre Moraes, por sua vez, admitiu dois gargalos da segurança pública em São Paulo: faixa etária e desigualdade racial. Ele concordou que a

maior letalidade jovem está localizada entre os que estão na faixa de 19 a 29 anos, “que tem mais que o dobro de chance de ser morta, se comparada aos outros habitantes da cidade”.

Ele disse que é preciso superar o “racismo velado” que permeia a sociedade brasileira, acrescentando que São Paulo também reduziu o risco de a cor da pele influenciar a prática de homicídios.

É do estado o menor Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) do País (0,2) – no polo oposto está Alagoas (0,6), aponta estudo da Secretaria Nacional de Juventude, de 2014. O índice leva em conta dados sobre a mortalidade por homicídios, mortalidade por acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade.

## NOS ESTADOS



MG

## Em Cataguases, Wadson Ribeiro destaca importância de preservar a cultura

O deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG) participou, no último sábado (20), das comemorações dos 100 anos da Ponte Metálica de Cataguases, na Zona da Mata mineira. O evento marcou a reforma da ponte, que recuperou sua cor original. O deputado saudou o prefeito Cesinha Samor pelo compromisso com a cultura. “Uma cidade que prioriza a educação e a cultura é uma cidade que tem futuro”, disse.

Fotos: Divulgação

## Mauro Pereira participa de inauguração de asfalto em bairro de Caxias do Sul

No domingo (21), o deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) esteve na entrega da pavimentação asfáltica do Travessão Leopoldina, no bairro Serrano, em Caxias do Sul. A obra era reivindicada há mais de 20 anos pela comunidade e liga cinco bairros à chamada Rota do Sol. O deputado participou também da festa de aniversário dos 125 anos de Caxias do Sul, com o prefeito Alceu Barbosa Velho.

RS



MS

## Elizeu Dionizio debate o Estatuto da Família na Assembleia do Rio

Coordenador regional da comissão que analisa o Estatuto da Família na Câmara, O deputado Elizeu Dionizio (SD-MS) debateu o tema no dia 22, na Assembleia Legislativa do Rio, com líderes religiosas, comunitários e parlamentares. “Pelo que estamos vendo, a maior parte da população quer a definição de família a partir da união entre um homem e uma mulher, por casamento ou união estável”, disse.

## Beto Rosado prestigia abertura da Festa de São Pedro em Mossoró

A abertura da festa de São Pedro, no bairro Liberdade I, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, contou com a presença do deputado Beto Rosado (PP-RN). Também estiveram presentes ao evento o ex-vereador Chico da Prefeitura e a ex-prefeita do município Fafá Rosado. A programação da festa prosseguiu até o último domingo, com celebração eucarística e procissão.

RN



RR

## Região do município de Bonfim receberá energia elétrica, anuncia Edio Lopes

A região do Tucano/Mel, no município de Bonfim (RR), será beneficiada com a chegada da energia elétrica. O anúncio foi feito pelo deputado Edio Lopes (PMDB-RR), que apresentou o projeto. A obra será executada pela prefeitura e terá recursos de emenda do parlamentar. “Como em 2014 já não foi possível apresentar emendas ao Orçamento, essa foi uma das primeiras que priorizei para 2015”, relatou.

## Raquel Muniz busca investimentos para o semiárido de Minas Gerais

A deputada Raquel Muniz (PSC-MG) se reuniu com o vice-governador de Minas, Antônio Andrade, em Montes Claros, para discutir investimentos na região do semiárido. Acompanhada do prefeito Ruy Muniz, a deputada pediu medidas para minimizar os efeitos da seca no Norte de Minas, com mais carros pipas e investimentos, a longo prazo, que garantam o abastecimento de água à população.

MG

